

# Estudo Técnico Preliminar 54/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.070262/2024-10

## 2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para realização da Construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco. A obra compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 3.980,14 m<sup>2</sup>. A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Fundado em 21 de agosto de 2006, o Centro Acadêmico de Vitória (CAV) é estruturado em cinco núcleos de conhecimento: Enfermagem, Nutrição, Licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física e Saúde Coletiva.

São oferecidos no Centro Acadêmico de Vitória (CAV) os seguintes cursos de graduação na modalidade presencial: Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Nutrição, Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Saúde Coletiva e Bacharelado em Enfermagem.

Na modalidade de ensino a distância, são oferecidos os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física.

Por fim, na pós-graduação, são ofertados os seguintes programas: Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (PROFBIO), Pós-Graduação em Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica (PPGNAFPF), Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde (PRMIAS), Pós-Graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (PPGMCF) e a Pós-Graduação Profissional em Saúde da Família (PROFSAUDE).

Além desses cursos e programas já ofertados, o Centro Acadêmico de Vitória (CAV) planejar expandir a quantidade de vagas ofertadas, tanto nos cursos e programas já existentes quanto na criação de novos.

Nesse sentido, o Centro Acadêmico de Vitória intenciona, em curto prazo, ampliar os cursos de pós-graduação em Educação Física e em Saúde Coletiva. Já em médio-longo prazo, há a expectativa de criação dos cursos de Biblioteconomia e Biomedicina.

Além disso, com a construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória, será possível ampliar a quantidade de vagas ofertadas nos cursos já existentes em 50 vagas a mais por ingresso.

Dessa forma, considerando essas futuras expansões planejadas, há a expectativa de que o quantitativo de alunos atendidos no Centro Acadêmico de Vitória aumente dos atuais 2128 alunos para cerca de 2900.

Ademais, conforme ressaltado em manifestação endereçada à SPO pelo Diretor do CAV José Antônio dos Santos, o Centro atualmente não dispõe de espaço físico suficiente para abrigar adequadamente professores, servidores e alunos:

3. No ano de 2016 foi finalizado o Projeto Executivo da obra do prédio da 4ª etapa, prevista inicialmente para a consolidação da implantação inicial do CAV. Desde a finalização do projeto executivo o CAV estava aguardando recursos para a contratação da obra. Em análise feita pela COORDENAÇÃO DE CADASTRO DE BENS IMÓVEIS (CCBI/SPO) foi observado que os docentes ocupam área abaixo do padrão estipulado pelo Plano de Uso e Ocupação da UFPE, que é de 7,00 m<sup>2</sup>/professor. Segundo os cálculos demonstrados na análise supracitada, a área per capita equivale a 3,00 m<sup>2</sup>/professor. De acordo com as diretrizes fixadas no referido Plano e as informações parciais recebidas, o uso dos gabinetes de docência não atende aos requisitos de área, porque existe uma carência de espaço (entre 7 e 9 metros) por professor. Além disso, na sala da diretoria (Diretor e Vice-diretor do Centro), as áreas ultrapassam o limite máximo para este tipo de gabinete (9,00m<sup>2</sup>). Entretanto, esse limite aumenta em se tratando de atividades administrativas (sobe para os valores entre 9,00 e 12,00m<sup>2</sup>), podendo ser considerado um acréscimo de área para auxiliares e para mesa de reunião, sendo assim um espaço insuficiente, pela ausência de sala específica para reuniões com as autoridades que visitam o CAV.

4. É possível observar que a média geral de área per capita por funcionário administrativo foi de 5,24 m<sup>2</sup>, valor inferior ao recomendado. Portanto, enseja-se a necessidade de construção de novos gabinetes de professores, além de novas salas para acomodar o corpo técnico-administrativo, espaços que serão contemplados na obra da 4ª etapa.

5. Em relação as atividades de salas de aula, a média geral de área per capita por aluno em salas de aula é de 0,52 m<sup>2</sup>. De acordo com os parâmetros do Plano de Uso e Ocupação, este valor encontra-se abaixo das metragens ideais, que são acima de um (01) metro quadrado por aluno. Essa falta de espaço adequado apresenta um risco para os alunos e dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Com a construção das novas salas de aula, contempladas na referida obra, será

possível mitigar os problemas de falta de espaço para as atividades de ensino e prover melhores condições para concretização das funções precípua finalísticas do Campus Vitória.

Por fim, com a construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória, haverá a possibilidade de rescisão do contrato de aluguel relativo ao prédio de ensino localizado na Rua Dr. João Moura.

O programa arquitetônico da Construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco compreende a demolição do bloco de salas de aula 01 e a posterior construção de edificação composta pelo piso enterrado, semienterrado, quatro pavimentos e uma cobertura / terraço. A nova edificação será composta, principalmente, pelos seguintes ambientes:

- I. Depósito de resíduos e almoxarifado químico;
- II. Casas de gás;
- III. Casa de bombas;
- IV. Abrigo para compressor;
- V. Reservatório inferior com capacidade de 27 mil litros;
- VI. Reservatório superior com duas células contendo 10 mil litros de capacidade, cada;
- VII. Sanitários masculinos, femininos e acessíveis, copa, DML;
- VIII. Circulação vertical composta por escada e elevador;
- IX. Biotério;
- X. Laboratório de nutrição experimental;
- XI. 02 Laboratórios de anatomia;
- XII. Sala de tanques;
- XIII. Sala de técnicas;
- XIV. Sala de plastinação;
- XV. Sala de motores;
- XVI. Sala de estudos;
- XVII. Sala de vídeo monitoramento;
- XVIII. 14 de salas de aula com capacidade 50 alunos, cada;
- XIX. 02 laboratórios e sala para criação escorpiões;

- XX. Laboratório de informática;
- XXI. Sala professores substitutos
- XXII. 08 Salas para as coordenações dos cursos;
- XXIII. 02 Secretarias;
- XXIV. Sala de residência;
- XXV. Arquivo;
- XXVI. Estar;
- XXVII. 14 Salas com capacidade para 03 professores, cada;
- XXVIII. 02 salas de reunião;
- XXIX. Copa.

Nesse contexto, os objetivos da contratação são:

- I. Ampliar a oferta de vagas do Centro Acadêmico de Vitória nos níveis de graduação e pós-graduação.
- II. Ofertar à comunidade acadêmica salas de aula em tamanho adequado, bem como novos laboratórios.
- III. Ampliar os espaços destinados às atividades de ensino e pesquisa.
- IV. Consolidar a estratégia de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco.

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

### **Licitações e contratos administrativos**

1. Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
2. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
3. Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

4. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

### **Proteção ambiental**

1. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).

2. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal);

3. IN 01/2010 (Dispões sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

### **Acessibilidade**

ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);

ABNT NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

### **Cabeamento Estruturado**

ABNT NBR 14565 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais);

ABNT NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado).

### **Canteiro de obras**

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades).

### **Climatização**

1. ABNT NBR 16401 (Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários)

### **Estruturas de concreto armado**

ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);

ABNT NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

### **Gases**

ABNT NBR 15526 (Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - projeto e execução);

ABNT NBR 12188 (Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde);

Todas as demais normas aplicáveis aos tipos de gases instalados na edificação.

### **Instalações elétricas**

ABNT NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

ABNT NBR 14039 (Instalações elétricas de média tensão).

### **Instalações hidrossanitárias**

ABNT NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);

ABNT NBR 5626 (Instalação predial de água fria).

### **Prevenção e combate a incêndios**

Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco e demais normas correlatas emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco;

ABNT NBR 10897 (Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos - requisitos);

ABNT NBR 10898 (Sistema de iluminação de emergência);

ABNT NBR 11742 (Porta corta-fogo para saída de emergência);

ABNT NBR 12693 (Sistema de proteção por extintores de incêndio);

ABNT NBR 9077 (Saídas de emergência em edifícios);

ABNT NBR 17240 (Sistemas de detecção e alarme de incêndio - projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme).

### **SPDA**

ABNT NBR 5419 (Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas).

### **Outras normas técnicas aplicáveis**

Todas as normas técnicas aplicáveis à climatização e exaustão de edificações;

Todas as normas técnicas aplicáveis à sinalização de edificações.

Ressaltamos que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e /ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

## **3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

#### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(f) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;



- 4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- 4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;
- 4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;
- 4.11. A contratada deverá, antes de realizar qualquer serviço, confirmar as cotas constantes nos projetos executivos de arquitetura e complementares de engenharia. Em caso de divergências, o profissional projetista deverá ser acionado para deliberar a respeito de eventuais alterações necessárias.
- 4.12. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico e no Termo de Referência da contratação.

## **5. Levantamento de Mercado**

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 2 (Descrição da Necessidade) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para execução da realização da construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

Ademais, a realização da construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser executada pelas empresas e profissionais presentes na região.

A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, os projetos foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para realização da construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco, mostra-se como uma solução viável e adequada ao atendimento dos objetos apresentados no item 2 (descrição da necessidade) deste documento.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que, por tratar-se de intervenção em edificação existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto, conforme entendimento explicitado no Acórdão nº 1.977/2013, do Tribunal de Contas da União;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 540 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Conforme projeto executivo de arquitetura elaborado pelas arquitetas Deborah Santana Oliveira e Patrícia Antonino Brito, a obra, cuja área de construção é estimada em 3.980,14 m<sup>2</sup>, conterà, em síntese, as seguintes características:

## 1. Pisos

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento natural, cor argento/V2;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento natural, cor white/V2;

Construção de piso cimentado com acabamento desempenado;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 90x90cm., acabamento natural, cor Portland/V2;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento exterior, cor argento/V2;

Construção de piso de alta resistência moldado in loco, acabamento polido;

Construção de piso de alta resistência moldado in loco, acabamento antiderrapante;

Construção de piso cimentado com acabamento desempolado liso;

Aplicação de revestimento em pedra natural tipo cariri.

## 2. Paredes

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento polido, cor Portland/V2;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento polido, cor white/V2;

Aplicação de massa única com acabamento em massa corrida e pintura em látex acrílico;

Aplicação de revestimento em pastilhas de porcelana, tipo A, formato 2,5x2,5cm;

Instalação de divisórias tipo S-60.2;

Aplicação de pintura em textura acrílica com acabamento em tinta látex acrílica acetinada;

Aplicação de pintura em látex PVA.

## 3. Tetos

Instalação de forro em gesso liso placas 60x60cm;

Instalação de forro termoacústico constituído por painéis modulares removíveis em fibra mineral, dimensões 625x625mm;

Instalação de forro contínuo suspenso, liso, em placa de gesso acartonado;

Aplicação de massa única, acabamento em massa corrida e pintura em látex PVA em laje de concreto.

#### 4. Outras intervenções

Aplicação de chapim pré-moldado em concreto aparente FCK 30Mpa, seção em “U”;

Impermeabilização com manta asfáltica espessura 4mm;

Além das intervenções indicadas no projeto de arquitetura, a contratação ora planejada também compreenderá os materiais e serviços indicados nos projetos executivos complementares de cálculo estrutural, cabeamento estruturado, sinalização, gases, instalações hidrossanitárias, SPDA, instalações elétricas, climatização e exaustão e prevenção e combate a incêndio.

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 25.217.752,35

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de **R\$ 25.217.752,35 (VINTE E CINCO MILHÕES, DUZENTOS E DEZESSETE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).**

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se vislumbra, até o presente momento, outras contratações correlatas ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a

transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2024, no item **1759**.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Espera-se que, após a conclusão da obra, o Centro Acadêmico de Vitória:

- I. possua uma edificação adequada ao desenvolvimento de ações de ensino e pesquisa por parte dos alunos, professores e técnicos-administrativos em educação.
- II. O Centro Acadêmico de Vitória possa ampliar o número de vagas ofertadas, tanto no nível de graduação quanto no de pós-graduação.

## **13. Providências a serem Adotadas**

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

- I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A realização da Construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

- A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, conforme previsto na Instrução Normativa N° 007/CGM/2021 e demais legislações aplicáveis emitidas pelo Município de Vitória de Santo Antão-PE, apresentando à fiscalização do contrato a comprovação dos serviços realizados.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(a) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(b) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(c) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação





Emitido em 30/09/2024

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 10/2024 - DPP (11.02.04)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/09/2024 16:59 )  
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO  
CHEFE  
DE SPO (11.02.06)  
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 30/09/2024 11:50 )  
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA  
DIRETOR  
DPP (11.02.04)  
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 30/09/2024 12:26 )  
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI  
ARQUITETO E URBANISTA  
CA SPO (11.02.05)  
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **10**, ano: **2024**, tipo:  
**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **30/09/2024** e o código de verificação: **f76daa0249**